

Bancos prorrogarão a dívida, garante Funaro

O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, disse ontem considerar certa a prorrogação do prazo de vencimento dos créditos especiais do Brasil com os bancos privados, que vencem no dia 17 de janeiro de 1986. Os estrangeiros, segundo Funaro, não têm como negar esta prorrogação, pois o Brasil vem se comportando de forma exemplar, cumprindo à risca os seus acordos e pagando regorosamente em dia os juros da sua dívida externa. "Não creio na hipótese de qualquer dificuldade à prorrogação dos prazos, porque isso é automático, se o devedor vem cumprindo a sua parte, como é o caso do Brasil" — afirmou o ministro.

Segundo Funaro, não interessa a nenhuma das partes nem ao governo, nem aos bancos privados estrangeiros, gerar atritos desnecessários. A prorrogação dos prazos das linhas especiais de crédito, segundo afirmou, é favorável não somente para o Brasil, mas também para os bancos.

Interpelado sobre a decisão do Conselho Monetário Nacional (CMN), de reduzir de 36 para 12 meses o prazo máximo de financiamento da venda de bens de consumo duráveis, de que tal medida teria sido inó-

cua, já que a maior parte dos empresários atesta que os prazos superiores a 12 meses dificilmente vinham sendo utilizados, disse o ministro da Fazenda que não é esta a visão do seu Ministério, posto que há muitas lojas e muitos setores que vinham realizando vendas a prazos bastante elevados. "Não se pode ter, em um país com 200% de inflação, consumidores pagando 500% de juros", afirmou.

O objetivo da medida do CMN, segundo Dilson Funaro, foi basicamente de reduzir as taxas de juros na ponta do mercado e de mostrar à sociedade que o governo está atento e preocupado com a alta de preços em qualquer setor. É importante, segundo o ministro, que se obtenha uma redução substancial dos juros pagos atualmente pelo consumidor, e que segundo apurou o Ministério da Fazenda, atingiram até 530%/, quando a inflação situa-se próxima a 200%/. E isto, segundo Funaro, não é possível continuar. Com a redução dos prazos de financiamento para o consumidor, no entender do ministro, haverá uma redução significativa nas taxas de juros, que trará impacto positivo na luta contra a inflação.